

ANC

Uma Constituinte utópica

O empresário Amaury Temporal critica os caminhos da Constituinte, que, para ele, está fugindo da realidade e fazendo uma Constituição para o ABC.

O presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, afirmou ontem que a Assembléia Nacional Constituinte está se comportando como "madrastra" não apenas do empresariado mas de toda a sociedade brasileira. Para ele, a Constituinte está sendo utópica, na medida em que tenta fazer uma Constituição apenas para o ABC paulista, cuja realidade diverge profundamente do restante do País.

"Na Alemanha, os salários são sete vezes maiores que os de São Paulo. Mas acontece que em São Paulo eles também são sete vezes maiores que os do Piauí. Votar uma Constituição que atenda apenas aos interesses dos empregados da moderna indústria do ABC é um desserviço aos assalariados de todo o País", garante Amaury Temporal. Para ele, dizer que apenas os empresários serão atingidos pelas leis trabalhistas votadas até agora pela Comissão de Sistematização "é uma falácia" já que não haverá nenhum segmento particularmente prejudicado, mas todo o conjunto da sociedade.

Segundo o presidente da Confederação das Associações Comerciais, o empresariado nacional também não está satisfeito com as atuais relações trabalhistas, mas quer uma Carta realista: "Nós tínhamos e temos esperanças de que receberemos uma Constituição moderna e modernizadora, que venha a alterar o status quo. Não é nosso objetivo uma Constituição conservadora, pois estamos todos de acordo que a atual não agrada a ninguém. É preciso acabar com essa situação de termos um governo hipertrófico, centralizador, dominador, em que as relações entre capital e trabalho são primitivas. O relacionamento intersetorial na sociedade deixa a desejar, há pleitos de todas as espécies e, portanto, a opção conservadora não é válida, não é desejável e não é a que o empresariado quer".

"O que queremos é mudar na direção da modernidade. O Brasil tem hoje uma distribuição de rendas intolerável, das piores do mundo. Precisamos, então, mudá-la. Só que não podemos mudar na direção da utopia, que não deu certo em lugar nenhum e que, certamente, vai nos atrasar", afirma.

Para Amaury Temporal um exemplo típico disso é a estabilidade

de no emprego, pois "para se ter estabilidade no emprego é preciso também dar estabilidade à base do emprego, que é a empresa. Mas essa, não tendo, não pode dar. Veja o caso de Portugal, onde suas leis laborais foram extremamente prejudiciais à economia e que para os países em desenvolvimento, como o Brasil, são qualquer coisa de desastrosa".

Para ele, "quem vai ficar pior são os trabalhadores". E garante: "Onde não se pode demitir, não se pode empregar. Nossa realidade é que metade da força de trabalho do Brasil já está na clandestinidade: temos 57 milhões de pessoas na força de trabalho economicamente ativa, mas só se pode dizer onde estão 28 milhões. O resto da população economicamente ativa já está na economia subterrânea. Isso com as leis existentes hoje, o custo do ingresso e da manutenção na legalidade já é maior do que 50% da força de trabalho capaz de encontrar emprego". Amaury Temporal esclarece que "se nós estamos aumentando extraordinariamente o custo do ingresso e da permanência na legalidade é axiomático que a proporção dos trabalhadores vivendo na legalidade vai diminuir".

Amaury Temporal está certo de que a estabilidade vai aumentar não só o subemprego, mas também o desemprego. Por isso, ele repete seu alerta de que os trabalhadores serão os maiores prejudicados, inclusive os que tiverem seus empregos assegurados pela estabilidade: eles terão a carga tributária sobre seus salários elevada para compensar as inevitáveis perdas na arrecadação do Estado.

"Nossa convicção é que estão fazendo uma Constituição para o ABC paulista, pois leis como esta da estabilidade não têm nada a ver com o Brasil como um todo", assinala. Segundo Amaury Temporal, o ABC é um setor moderno, onde o peso dos salários no custo dos produtos é pequeno. Ele explica que esse segmento se "caracteriza por ter capital e tecnologia intensiva, onde a mão-de-obra não tem uma influência muito grande". Por isso ele insiste em que "a legislação que se faz para esse tipo de indústria não tem nada com as indústrias tradicionais do grande Brasil e certamente menos ainda com a economia invisível do País".

O presidente da Confederação



Telefoto: Carlos Chierifino

“Vai ficar pior para os trabalhadores. Onde não se pode demitir não se pode empregar.”

das Associações Comerciais critica também as 44 horas semanais e até a nova legislação que beneficia as gestantes. Ele disse sentir "uma pena muito grande, porque estamos repetindo sem muita imaginação exatamente o que fizemos com o trabalho dos menores: está-se fechando a porta do emprego à mulher".

"Protegemos tanto o menor que ninguém mais o emprega. O que foi feito com a melhor das boas intenções resultou num desastre. Aliás, em matéria de economia, o que faz o grande desastre é sempre a boa intenção. É preciso muito cuidado com os bem-intencionados que procuram a utopia, que tem sempre a característica de ser extremamente onerosa." Amaury Temporal explica que ao se reduzir o número de horas trabalhadas o produto cai. "Se você conseguir reduzir o número de horas trabalhadas mantendo o poder aquisitivo real, a descoberta seria sensacional. Então, por que não trabalhar apenas oito horas por semana? Ora, meu Deus, isso é apenas uma equação matemática, ou melhor, aritmética."

Segundo Amaury Temporal, a proposta de pagar a hora extra em dobro e diminuir o número de horas trabalhadas partiu da necessidade de criar empregos novos: "Ora, para criar novos empregos é

preciso a divisão da renda. Isso é transparente. Ao distribuir-se trabalho escasso, está-se também distribuindo o valor agregado do salário na economia. Há uma falácia em tudo isso ao imaginar que o emprego seja escasso, que não é. Ao se reduzir o número de horas trabalhadas, haverá uma diminuição do produto".

"Nós temos tanto interesse quanto os trabalhadores em encontrar um *modus vivendi*. Nossa proposta é do pagamento de uma indenização proporcional ao tempo do serviço do trabalhador demitido desmotivadamente. O empregador iria pensar duas vezes diante do ônus financeiro que teria que arcar: Essa indenização mais o Fundo de Garantia."

"O empresariado tem as vantagens e o ônus do risco. Por isso é justo que o empregado, que não tem acesso ao lucro, não possa correr o risco. É a única maneira de fazer isso de forma razoável e indenizá-lo adequadamente. Além do FGTS, um adicional por ano traba-

lhado. Isso colocaria o trabalhador ao abrigo do risco, que deve ser corrido apenas pelo empresário."

Amaury Temporal afirma que a estabilidade será respeitada apenas pelo governo ("que já a concede"), pelas multinacionais, "que empregam muito pouco", e por algumas grandes empresas nacionais. "O resto, sem dúvida, estará todo na economia invisível. E o setor já está fazendo seus cálculos para saber como cortar mão-de-obra", garante.

Criticando novamente o que chama de "Constituinte do ABC", Amaury Temporal afirma que os trabalhadores desse setor, que têm a maior renda per capita, é que acabam falando em nome da classe na Assembléia Nacional. "Imagino qual vai ser o efeito dessa legislação no interior da Paraíba. Você vai obrigar a todos os que, fora do ABC paulista, ainda estão na legalidade a partir para a economia subterrânea para sobreviver", conclui.

Cláudio Lacerda

No fundo, ninguém parece satisfeito.

Preocupados com os rumos tomados pela Constituinte — temeroso, segundo alguns empresários, e de recuo, na opinião dos sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores — estes setores decidiram intensificar seus lobbies junto aos parlamentares a fim de reverter a situação criada por algumas emendas aprovadas pela Comissão de Sistematização, como a estabilidade no emprego, por exemplo.

O deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) advertiu ontem, no plenário da Constituinte, que os homens de centro estão "omissos, deixando que os extremistas de esquerda e de direita conduzam o País lá fora e conduzam o País aqui na Assembléia Nacional".

"Quem se julgar equilibrado, quem não se julgar filiado a nenhum agrupamento de esquerda ou de direita, deveria procurar o companheiro mais próximo para não permitir que isto descambe para um grupo de destemperados gri-

tando de um lado, e de destemperados gritando de outro."

Segundo entende o presidente da Federação da Agricultura de São Paulo, Fábio Meireles, a emenda da estabilidade no emprego, como foi aprovada, interfere diretamente na administração da empresa e fará com que os empresários, antes de ampliarem suas atividades industriais ou comerciais, pensem muito se vale a pena tomar a iniciativa, tendo em vista que, dificilmente poderão demitir um empregado se este não corresponder à expectativa da empresa. Observou ainda que pode ocorrer também o fato de, antes de a nova Constituição entrar em vigor, empresários decidirem diminuir suas atividades, demitindo boa parcela de seus funcionários. E lembrou que, como consequência disso, já está sendo mais difícil obter emprego, tanto na área urbana como rural.

Nesse sentido, o presidente da

Associação Brasileira da Indústria de Plástico (Abiplast), Celso Hahne, destacou a urgente necessidade de o empresariado brasileiro se mobilizar nos partidos a fim de defender "não os interesses empresariais mas, acima de tudo, os interesses da Nação brasileira, ameaçados que estão pela instabilidade política, econômica e o descrédito do governo, acrescentou.

Já a CUT, manifestando sua preocupação com as "pequenas conquistas" trabalhistas, e mais ainda com a inclinação de líderes do PMDB em favor do empresariado, decidiu intensificar sua mobilização nacional, através de publicações, por município, contendo as tendências dos deputados, telefones, endereços e apelos para que os eleitores intercedam. O comando nacional do movimento, fixado em Brasília, terá à frente o presidente da Central, Jair Meneguelli, acompanhado de sindicalistas e de uma assessoria de imprensa.

APROVADO PISO SALARIAL. E CABRAL TEM PRESSÃO.

O relator Bernardo Cabral está preocupado com as prorrogações de prazos na Comissão de Sistematização. E, para não mais alterar o cronograma, decidiu agilizar os trabalhos: submeteu ontem mesmo à decisão da Mesa uma proposta de diminuição do número de votação de destaques. Assim, os partidos com mais de 50 parlamentares — caso do PMDB e do PFL — terão direito a apresentar dois destaques por representante na Sistematização. As demais legendas poderão defender três destaques por parlamentar.

Desde a primeira reunião, em 24 de setembro, a Sistematização acumulou 110 horas de trabalho durante as quais examinou 815 destaques, num total de 121 votações. Muito pouco, reconhece Cabral. Segundo ele, faltam ainda ser apreciados 7.559 pedidos de destaques para emendas. Mas o problema maior, na opinião de Cabral, é o fato de que os 466 constituintes que não integram a Comissão de Sistematização estão na expectativa do término dos trabalhos para participar mais ativamente da elaboração do texto constitucional.

Outro problema que Cabral vê na sucessiva reabertura de prazos é a natural incompreensão da opinião pública. Por essas razões, Cabral propôs a rejeição em bloco dos destaques apresentados a seu segundo substitutivo, com exceção



Cabral: um plano para os destaques.

das 206 emendas ou destaques preferenciais a serem indicados pelas lideranças, ouvidas as respectivas bancadas, distribuídos proporcionalmente entre os partidos. A proposta de Cabral ainda não recebeu resposta dos líderes partidários e integrantes da Comissão de Sistematização.

Três alterações

A diferença de salários e de critérios de admissões por motivos de sexo, cor ou estado civil não será admitida na futura Constituição. Haverá garantia de piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho realizado, e, para efeitos judiciais, o trabalhador poderá recorrer sobre todo o seu tempo de trabalho numa empresa, até dois anos do fim do contrato.

Essas alterações foram aprova-

das ontem pela Sistematização e representaram o acréscimo de mais três incisos ao substitutivo de Bernardo Cabral que teve, antes dessas votações, a garantia de seu texto sem alterações: participação do trabalhador na modernização das empresas e na automação; seguro contra acidentes de trabalho a cargo do empregador; e proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.

Embora a sugestão de Cabral para cumprir os prazos estabelecidos não tenha ain-

da o aval dos membros da Sistematização, a sessão de ontem já parecia ter entrado numa rotina normal de trabalho. Como não houve temas polêmicos, o que se viu foi a desistência de autores de destaques ao constatar, no substitutivo, benefícios maiores aos que propunham.

De certa forma, Cabral considerou isso como uma vitória pessoal. Antes da votação, ele já tinha advertido que a grande quantidade de destaques reúne proposições idênticas ou semelhantes — e propôs que seus autores as retirassem. Ele se comprometeu, contudo, a examinar com os mesmos critérios de cuidado e isenção todas as proposições incluídas entre os destaques rejeitados em bloco pela Sistematização, caso forem requeridas no plenário da Constituinte.

Telefoto: Alencar Mendes